

DOI: 10.46943/XI.CONEDU.2025.GT01.127

FORMAÇÃO DOCENTE: OS FUNDAMENTOS E POLÍTICAS DA EDUCAÇÃO ESPECIAL E INCLUSIVA NO RN

Jammerson Yuri da Silva¹
Arthur Cassio de Oliveira Vieira²

RESUMO

A pesquisa expõe em análise reflexiva o uso dos fundamentos e das políticas da Educação Especial e Inclusiva na formação docente, realizada com 185 estudantes do componente curricular de Fundamentos e Políticas da Educação Especial e Inclusiva, no curso de Especialização em Educação Inclusiva EaD do Campus Avançado Natal – Zona Leste do IFRN. Fundamentado teoricamente na História da Educação diante da perspectiva da nova História da Cultural, e de autores como Jean-François Sirinelli, Peter Burke e Justino Magalhães, realizou revisão bibliográfica e documental do arcabouço legal brasileiro: Constituição Federal, a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (2008) e a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Lei nº 13.146/2015), bem como legislações estaduais e municipais. A metodologia incluiu aplicação de formulário de caráter qualitativo via Google Forms contendo 19 questões qualitativas fechadas e 1 aberta a 185 estudantes que cursavam o componente curricular, para avaliar o

-
- 1 Pedagogo, Mestre em Educação e Doutorando do Programa de Pós-graduação em Educação da Universidade Federal do Rio Grande do Norte - UFRN, jammerson_yuri@hotmail.com;
 - 2 Professor Doutor do Departamento de Educação da Universidade Federal do Rio Grande do Norte - UFRN, arthur.oliveira@ufrn.br.

impacto dessa formação no reconhecimento das demandas na área e nas práticas pedagógicas inclusivas no visibilizar dos sujeitos e instituições no tempo e espaço. Os resultados indicam que a maioria dos participantes (99,2%) considera que a metodologia e as atividades favorecem o aprendizado, e 98,4% confirmam a contribuição do componente para a compreensão dos temas abordados. É destacado a importância da formação continuada dos professores para a adoção de práticas inclusivas, alinhadas à Base Nacional Comum Curricular (BNCC), e à articulação entre atendimento educacional especializado e sala regular. Reconhece-se a Educação Inclusiva como um desafio sociopolítico e pedagógico que demanda transformação das estruturas e políticas, enfatizando a inclusão como direito e meio para a justiça social. Em suma, a pesquisa reafirma a relevância da legislação vigente e suas possíveis revisões, e a contribuição da formação continuada para práticas pedagógicas inclusivas e efetivas no Estado do Rio Grande do Norte.

Palavras-chave: Formação Docente, Fundamentos da Educação, Educação Especial, História da Educação.

INTRODUÇÃO

A presente escrita tem seu objetivo centrado no uso dos fundamentos e das políticas da Educação Especial e Inclusiva na formação docente, realizada com 185 estudantes do componente curricular de Fundamentos e Políticas da Educação Especial e Inclusiva, no curso de Especialização em Educação Inclusiva EaD do Campus Avançado Natal – Zona Leste do IFRN. Ao considerar a formação inicial e continuada de professores para Educação Especial e Inclusiva no Rio Grande do Norte, tomando como referenciais a inclusão como questão social e o direito à educação como condição para a cidadania. Delimitam-se as historiografias da formação docente para Educação Especial e Inclusiva no Estado, as propostas e ações do período recente e a relação entre políticas públicas e práticas desenvolvidas nas escolas da educação básica. A relevância deste trabalho reside no fato de que a formação continuada é um dos principais caminhos para a efetivação das práticas inclusivas nas escolas, contribuindo para que os professores estejam preparados para atender às demandas das diversidades e aos direitos previstos na legislação atual.

Sob um viés teórico, a pesquisa se ancora na História da Educação, abordando-a pela perspectiva da nova História Cultural, e dialoga com autores renomados como Jean-François Sirinelli, Peter Burke e Justino Magalhães, cuja produção enriquece a compreensão dos processos históricos e sociais que moldam a Educação Especial e Inclusiva no tempo e espaço. Além disso, o estudo realiza uma revisão criteriosa do arcabouço legal brasileiro, incluindo a Constituição Federal, a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva de 2008 e a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Lei nº 13.146/2015), assim como legislações estaduais e municipais. Esse conjunto normativo serve de base para estruturar as práticas pedagógicas e políticas educacionais que buscam garantir a inclusão e a equidade no ambiente escolar.

Metodologicamente, o estudo utiliza um formulário de caráter qualitativo, composto por 19 questões fechadas e uma aberta, aplicado via

Google Forms aos estudantes que cursavam o componente curricular. Essa abordagem permitiu avaliar o impacto da formação oferecida no reconhecimento das demandas da Educação Especial e Inclusiva e na incorporação de práticas pedagógicas que promovam a visibilidade e o protagonismo dos sujeitos envolvidos, além de considerar as instituições educacionais no espaço-tempo de sua atuação. Tal metodologia potencializou a obtenção de dados que refletem as percepções e experiências dos participantes, valorizando a avaliação contínua e colaborativa do processo formativo.

Os resultados obtidos indicam uma aceitação expressiva e positiva quanto à metodologia e as atividades propostas no curso, com 99,2% dos participantes reconhecendo o favorecimento do aprendizado e 98,4% confirmando a contribuição para a compreensão dos temas relativos à educação especial e inclusiva. Tais dados reforçam a importância da formação continuada para a sensibilização e qualificação dos docentes no que tange ao atendimento educacional especializado, bem como evidenciam a necessidade de alinhamento com a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) e de uma articulação eficaz entre a sala regular e os espaços de Atendimento Educacional Especializado (AEE).

Em síntese, a pesquisa reafirma que a Educação Inclusiva é um desafio que extrapola o campo pedagógico para englobar dimensões sociopolíticas estruturais, demandando transformações nas políticas públicas e nas práticas escolares. O estudo destaca a inclusão como direito fundamental de acesso e permanência aos processos formativos, ao mesmo tempo em que aponta para a necessidade permanente de revisões na legislação vigente e investimentos contínuos na formação docente para garantir práticas pedagógicas inclusivas e efetivas, especialmente no contexto do Estado do Rio Grande do Norte.

CAMINHO METODOLÓGICO

A metodologia adotada na pesquisa tem o enfoque qualitativo, visando compreender as percepções e avaliações dos estudantes parti-

cipantes acerca do componente curricular “*Fundamentos e Políticas da Educação Especial e Inclusiva*”. Para isso, foi elaborado um formulário estruturado contendo 20 questões, sendo 19 de múltipla escolha e uma aberta, aplicado por meio da plataforma Google Forms. Essa escolha possibilitou o acesso facilitado e a coleta remota de dados, alinhada com a natureza do curso ofertado na modalidade Educação a Distância (EaD).

Os participantes foram 185 estudantes matriculados no referido componente curricular dentro da Especialização em Educação Inclusiva promovida pelo IFRN – Campus Avançado Natal – Zona Leste. O formulário investigou aspectos como a formação inicial dos discentes, sua atuação profissional, o grau de dificuldade enfrentado nas atividades e ferramentas do Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA), além da percepção sobre a relevância das unidades curriculares e a metodologia aplicada. Além disso, buscou-se avaliar a acessibilidade da plataforma, a diversidade das atividades avaliativas e o impacto do conteúdo na compreensão da educação especial e inclusiva.

O procedimento de coleta contou com a distribuição do link do formulário aos estudantes, garantindo confidencialidade e voluntariedade nas respostas. A plataforma Google Forms permitiu a organização sistemática dos dados, facilitando tanto a tabulação quantitativa dos retornos quanto a análise qualitativa dos comentários e sugestões fornecidos na questão aberta. Este procedimento incorporou a voz do estudante como elemento fundamental para a avaliação do processo formativo, promovendo um olhar reflexivo sobre os avanços e desafios da disciplina.

Por fim, a análise dos dados combinou a estatística descritiva para as respostas fechadas e a análise de conteúdo para a informação qualitativa, o que possibilitou um entendimento abrangente sobre a efetividade do componente curricular, as dificuldades enfrentadas e as sugestões para aprimoramento. Essa metodologia contribuiu para os objetivos do estudo ao oferecer subsídios para a melhoria contínua da formação docente em Educação Especial e Inclusiva, bem como para a consolidação de práticas pedagógicas alinhadas com as políticas educacionais vigentes.

RESULTADOS E DISCUSSÕES DIANTE DA EDUCAÇÃO ESPECIAL

A Educação Especial como modalidade educativa projetada no atendimento educacional especializado com vista a garantia de recursos e serviços para discentes com deficiências ou em condições específicas, com o objetivo de que estes alcancem o máximo de seu potencial de desenvolvimento e aprendizado, e obtenham um nível de formação compatível com suas características e aspirações pessoais a fim de fortalecer sua autonomia. Esta compreensão nos é lembrada na Política Nacional da Educação Especial (2008) com uma Diretriz que enfatiza a Educação Especial como modalidade para a construção de sistema educacional inclusivo, conforme apresentamos, a seguir:

A Educação Especial é uma modalidade de ensino que perpassa todos os níveis, etapas e modalidades, realiza o atendimento educacional especializado, disponibiliza os recursos e serviços, e orienta quanto a sua utilização no processo de ensino e aprendizagem nas turmas comuns do ensino regular (BRASIL, 2008, p.10).

Neste sentido tanto a Educação Especial quanto a Educação Inclusiva visam assegurar um espaço educativo para todos, desde que as condições de acessibilidade física, social e pedagógica sejam garantidas e as adequações necessárias estejam asseguradas, sejam como a elaboração de um currículo pensado para pessoas com deficiência ou a acessibilidade nas unidades escolares. Em nosso país, esses documentos internacionais refletiram na Lei de Diretrizes e Bases a Educação Nacional - LDBEN de 1996, a qual apresenta a inclusão como princípio e a Educação Especial como modalidade de ensino que perpassa toda a Educação Básica, dando ênfase à inclusão educacional e ao atendimento educacional especializado a ser oferecido, preferencialmente, na rede regular de ensino (BRASIL, 1996, art. 58).

A formação de professores para a Educação Especial e Inclusiva no Rio Grande do Norte possui uma trajetória marcada por avanços e desafios. A análise das distintas propostas e iniciativas de formação, bem como

a identificação dos principais atores envolvidos, possibilitam um mapeamento dos esforços realizados em diferentes momentos e, ao mesmo tempo, a compreensão de sua articulação com as políticas públicas que orientam a formação docente inicial e continuada no RN.

No que se refere à formação de professores para a Educação Especial, é possível identificar um conjunto de propostas e ações desenvolvidas a partir de alguns momentos; mas gostaríamos de destacar o Plano Nacional de Formação de Professores da Educação Básica (PARFOR), que priorizou a formação de professores em nível de Aperfeiçoamento e Especialização, onde temos como exemplo a Especialização em Educação Inclusiva realizada pelo Campus Zona Leste do Instituto Federal do Rio Grande do Norte (IFRN) por meio da Universidade Aberta do Brasil (UaB); o Programa de Mestrado Profissional em Educação Especial da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (PPGEEsp/UFRN); e a oferta de cursos de extensão no formato presencial e por meio da Educação a Distância, disponibilizado por instituições como IFRN, UFRN, UFRSA (Universidade Federal Rural do Semi-Árido) ou a UERN (Universidade do Estado do Rio Grande do Norte).

As políticas públicas para a Educação Especial no Rio Grande do Norte articulam-se às determinantes nacionais e configuram um complexo sistema normativo. O quadro legal é robusto e deve ser complementado por planos e diretrizes específicos que considerem as características e necessidades do estado. As políticas nacionais oferecem suporte financeiro e institucional, especialmente com a criação da Universidade Federal do Rio Grande do Norte, da Universidade do Estado do Rio Grande do Norte e da Universidade Federal Rural do Semi-Árido, que foram, entre outras, responsáveis pela formação dos primeiros professores. Contudo, a escassez de recursos e a falta de articulação das redes de ensino dificultam a implementação das ações mais efetivas ao passo do tempo.

Os planos de educação e formação apresentados pela União e pelo estado, assim como as diretrizes curriculares e de formação para a educação, conclamam às escolas a implementar práticas pedagógicas que

garantam a inclusão de todos os estudantes. Essas diretrizes enfatizam, ainda, a necessidade de um sistema educacional em que a inclusão e o respeito às diferenças sejam condições naturais. A articulação entre as diretrizes de educação inclusiva, as políticas de formação de professores, o apoio à elaboração de pareceres, a produção de materiais, a formação de equipes multiprofissionais e o financiamento de ações constituem os eixos do Plano Nacional de Formação de Professores da Educação Básica (PARFOR) e do Sistema Nacional de Formação de Professores do Ministério da Educação e Cultura (MEC).

FORMAÇÃO DE PROFESSORES NA PERSPECTIVA INCLUSIVA

Os currículos das licenciaturas em formação de professores do Rio Grande do Norte contemplam, em maior ou menor grau, os conteúdos necessários para a preparação de profissionais aptos a atuar na Educação Especial e em salas de recursos, sendo que apenas dois componentes curriculares abordam essa perspectiva de ensino com maior ênfase. Conforme é apresentado nos cursos de licenciatura da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN) e que se destinam à formação de docentes também habilitados para atuarem junto a Educação Especial, conforme os Projetos Pedagógicos dos Cursos disponíveis no Portal da instituição.

Os perfis de formação definidos pelos cursos, no entanto, não são suficientes para dotar os egressos das competências necessárias. O ensino para identificação e planejamento da educação para estudantes com deficiência ou em condição específica, assim como a avaliação da aprendizagem e a formação de parcerias de apoio à inclusão são as que apresentam menor presença nos currículos, podendo indicar lacunas nos processos de formação inicial, especialmente na formação prática, no estágio supervisionado e na articulação entre a formação superior e a atuação profissional. Esses aspectos constituem-se em verdadeiros desafios para a formação inicial de professores da educação básica e as exigências para o atendimento às necessidades educacionais específicas

dos discentes devem ser consideradas nas orientações e diretrizes do processo de formação.

A ausência de programas de formação inicial de professores para a Educação Inclusiva, com ênfase na Educação Especial ou em necessidades educacionais específicas, traduz-se na reduzida presença de conteúdos sobre a educação de estudantes com deficiência, transtornos de desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação nos currículos de formação, configurando um feito a longo prazo. As dificuldades na formação de professores para a Educação Especial não se restringem às limitações na configuração das ênfases e nos conteúdos oferecidos, mas também na articulação do estágio supervisionado e da formação prática com a atuação docente no nível e nas áreas da educação básica.

A proposta da formação de docentes para a Educação Especial, na modalidade de formação continuada, é oferecida, principalmente, mediante a elaboração e a execução de cursos de especialização, mestrados profissionais e cursos de extensão. Como as iniciativas são variadas e diversificadas, a finalidade é contribuir para a formação de professores capacitados a atuar no contexto da inclusão, desenvolvendo a formação inicial dos professores, por meio de ênfase específica, e dando continuidade ao processo, por meio da formação continuada.

A formação continuada em nível de pós-graduação e capacitação tem um impacto significativo nas práticas docentes, proporcionando a atualização das competências profissionais, com enfoque nas novas tecnologias e na formação para a inclusão, além de contribuir para a prática e a reflexão sobre o trabalho dos professores. Neste cenário encontramos o curso de Especialização em Educação Inclusiva do IFRN. Diante da crescente demanda de estudantes na condição de pessoa com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades (NEE) – e com transtornos funcionais específicos (como dislalia, discalculia, dislexia e disgrafia) nas salas de aula regulares tornou-se necessário nas instituições educacionais em garantir espaços e ações formativas e realmente inclusivas.

Neste cenário, o IFRN, comprometido com a formação humana integral, com o exercício da cidadania, com a produção e a socialização do conhecimento e com a garantia do direito de todos à educação, decidiu ofertar o curso de Especialização em Educação Inclusiva. Esse curso é voltado para graduados que atuam ou pretendem desenvolver pesquisas e atividades no campo da Educação Especial e/ou Inclusiva. O curso é ofertado na modalidade a distância, destina-se preferencialmente a educadores e profissionais da educação que sejam portadores de diploma de graduação – licenciatura, bacharelado ou tecnólogo – expedido por Instituição de Ensino Superior regularmente reconhecida. Esses profissionais devem atuar nas Redes Públicas de Ensino.

Assim, a instituição contribui para a produção e socialização de conhecimentos, promovendo o crescimento pessoal e profissional dos sujeitos como seres históricos e cidadãos de direito. Com o objetivo de formar profissionais especialistas para atuar em educação profissional na perspectiva inclusiva, atendendo estudantes com necessidades educacionais específicas (como pessoas com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades) e transtornos funcionais específicos (como dislalia, discalculia, dislexia e disgrafia). O curso visa promover uma ação proativa, criando condições e alternativas para um desempenho técnico, ético e político, considerando as peculiaridades e os contextos específicos em que programas e projetos inclusivos são implementados.

Para tanto se espera considerar a necessidade de promover formação continuada de profissionais da área de educação, alinhada às demandas da sociedade e, em particular, da Educação Especial e Inclusiva, o egresso do curso deverá ser capaz elaborar estratégias de atuação com estudantes que possuam necessidades educacionais específicas e/ou transtornos funcionais específicos; contribuía para a criação de condições necessárias e alternativas para uma Educação Inclusiva; compreenda as especificidades dos estudantes com necessidades educacionais específicas; fundamente a prática pedagógica com subsídios teórico-metodológicos adequados ao

processo de inclusão; e utilize as pesquisas na área de Educação Inclusiva como uma perspectiva metodológica em sua atuação docente.

Com o desejo de desenvolver uma formação didática os recursos didáticos utilizados no curso de Especialização em Educação Inclusiva são variados e visam proporcionar um ambiente de aprendizado rico e interativo. O curso adota a plataforma virtual de aprendizagem Moodle como principal meio de interação entre discentes, docentes e tutores. Nesse ambiente, estão disponíveis diversas ferramentas que facilitam a comunicação e o compartilhamento de informações, incluindo fóruns de discussão, chats, correio eletrônico, material didático e atividades avaliativas. Existe também a utilização de videoaulas a cada módulo, permitindo que os estudantes tenham acesso aos conteúdos de forma dinâmica e visual.

Os participantes poderão desenvolver aulas interativas, que envolvem desenvolvimento de projetos, seminários e debates, entre outras atividades em grupo. Além disso, é utilizados materiais impressos, que estão relacionados ao conteúdo abordado nas aulas e disponibilizados na plataforma Moodle. Além do uso de textos em formato eletrônico (.doc ou .pdf) a fim de complementar o aprendizado, oferecendo aos discentes a possibilidade de acessar diferentes materiais que enriquecem a formação. Também existe um conjunto de bibliografia básica e complementar disponível nos polos presenciais de ensino e no Campus EaD, garantindo que os estudantes tenham acesso a obras que aprofundem os temas discutidos ao longo do curso.

Além disso, a infraestrutura dos polos de atendimento e as experiências em educação a distância mostram que o processo de ensino e aprendizagem é mais eficaz quando os educandos têm acesso a ambientes de estudo adequados e com apoio efetivo de tutores. Assim, os polos estabelecem e mantêm o vínculo dos estudantes com a entidade executora e funcionam como laboratórios pedagógicos. Para a prática e desenvolvimento de habilidades tecnológicas, o IFRN disponibiliza um laboratório de informática com computadores modernos, todos conectados.

tados à internet e equipados com softwares específicos que atendem às necessidades pedagógicas do curso.

Existe um suporte pedagógico, que garante atendimento de tutoria, onde os estudantes podem receber orientações diretamente dos tutores e professores. A organização e a coordenação das atividades administrativas são realizadas em uma secretaria acadêmica e coordenação de polo, que oferece apoio tanto para os discentes quanto para os docentes. Toda a infraestrutura do campus foi projetada para garantir acessibilidade a pessoas com necessidades educacionais específicas. As instalações seguem as orientações da Portaria Ministerial nº 1.679/99, contando com rampas de acesso, portas adaptadas para cadeirantes, banheiros acessíveis e carteiras adequadas para canhotos. Essa atenção às necessidades específicas reforça o compromisso do IFRN com a inclusão e a equidade de oportunidades para todos os seus estudantes. A estrutura física não apenas oferece condições ideais para a realização de atividades pedagógicas e administrativas, mas também contribui para a permanência dos participantes no curso, garantindo um ambiente acolhedor e interativo.

O acesso ao curso de Especialização em Educação Inclusiva, na modalidade a distância acontece por meio de processo seletivo via edital específico disponibilizado em site da instituição. Em sua estrutura curricular se observa as determinações legais da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN nº 9.394/96), da Resolução CNE/CES nº 01/2007, e do Projeto Político-Pedagógico do IFRN. entre os princípios e diretrizes que fundamentam este curso, destacam-se: política da igualdade, ética da identidade, inter e transdisciplinaridade, contextualização e flexibilidade, intersubjetividade, indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão. O curso é composto por 450 horas totais, sendo 405 horas destinadas aos componentes curriculares e 60 horas ao trabalho de conclusão de curso (TCC).

Neste cenário formativo temos o componente curricular “*Fundamentos e Políticas da Educação Especial e Inclusiva*”, que visa abordar, entre outros aspectos, a evolução histórica da Educação Especial no Bra-

sil, destacando os marcos institucionais e legislativos que influenciaram a construção das práticas inclusivas. Associado a História da Educação, ao rememorar a trajetória da escolarização das pessoas com deficiência e as transformações do sistema educacional, que inicialmente foi marcadamente segregador, concentrado em instituições especializadas e na exclusão dos sujeitos que apresentavam necessidades educativas diferenciadas.

As primeiras iniciativas da Educação Especial no Brasil estavam associadas à perspectiva da segregação e que, entre os séculos XVI e XIX, as iniciativas governamentais direcionadas às pessoas com deficiência foram pontuais e assistemáticas conforme nos lembra os documentos oficiais, num sistema substitutivo e, muitas vezes, não direcionado à progressão nos estudos. Essas condições históricas reforçam a compreensão da Educação Especial inicialmente como um espaço separado, traduzido em instituições religiosas e especializadas que davam atenção específica às deficiências, porém sem garantir a inclusão social e educacional plena.

A legislação brasileira foi crucial para a mudança dessa realidade, com avanços importantes que já no século XX começaram a garantir o direito à educação para todas as pessoas, independente de suas condições. Precisamos enfatizar que as mudanças na legislação foram substanciais, mas têm ocorrido insistentes interpretações divergentes que integram a complexidade do processo político. Atentar para os efeitos e para os riscos dessas interpretações é buscar que se continue a luta pelo direito à educação. Essas transformações legais possibilitaram o desenvolvimento de políticas públicas que visassem a inclusão e o acesso dos estudantes com deficiência ao ensino regular.

No contexto atual, a Educação Inclusiva é entendida como um princípio que deve nortear todas as práticas educativas, superando a segregação e promovendo acesso, permanência, participação e aprendizagem de todos os estudantes em diferentes contextos educacionais. Conforme nossos avanços na área educacional é preciso pensar essas interfaces e a relação entre teoria e prática para que a inclusão escolar não seja apenas

um ideal para o sistema educacional, mas o princípio norteador de todas as práticas educacionais e sociais de determinada sociedade. Isso implica a necessidade de articulação entre políticas públicas, práticas pedagógicas e formação docente.

Outro aspecto fundamental é o destaque para a transversalidade da Educação Especial na organização curricular, especialmente na Educação Infantil, onde as ações pedagógicas devem ser planejadas considerando o desenvolvimento integral das crianças com deficiência. Os documentos norteadores em nossa nação como a BNCC, orienta que é necessário planejar ações pedagógicas voltadas para o desenvolvimento da linguagem muitas vezes utilizando a comunicação aumentativa e alternativa, no oportunizar atividades de representação, jogo simbólico e uma diversidade de atividades de expressão corporal. A formação inicial e continuada dos professores, portanto, ganha centralidade para a consolidação da perspectiva inclusiva no cotidiano escolar.

Assim, o componente curricular destaca que o entendimento da dimensão histórica da Educação Especial permite compreender as conquistas e desafios que permeiam a inclusão escolar. A trajetória de mudanças legislativas e políticas públicas convergem para uma educação mais democrática, refletida também na formação dos profissionais da educação. Com isso compreender a dimensão política e legislativa da Educação Especial é fazer um panorama de suas concepções políticas e de suas articulações com a educação básica e o ensino superior, o que reforça a importância da articulação entre teoria, legislação e prática pedagógica para o fortalecimento da educação inclusiva.

Para tal é preciso considerar que a História da Educação é fundamental para os fundamentos da Educação Especial, porque permite compreender a evolução das concepções sobre deficiência e as práticas educacionais destinadas às pessoas com deficiência, situando essas práticas em seus contextos históricos, sociais e políticos. Conforme ressaltado no texto, a história revela as complexas relações entre ensino-aprendiza-

gem e as representações sociais da deficiência, possibilitando uma análise crítica dos métodos e políticas educacionais vigentes.

Esse lembrar histórico é essencial para identificar os momentos e paradigmas que influenciaram a criação de práticas segregadoras e assistencialistas, e auxiliar na construção de uma Educação Especial que caminhe em direção à inclusão e ao reconhecimento dos direitos das pessoas com deficiência. Conhecer essa trajetória ajuda a entender por que determinadas práticas ainda persistem e fornece subsídios para a formulação de políticas mais justas e eficazes, que integrem a Educação Inclusiva como fundamento central.

Além disso, a História da Educação ajuda a ampliar a compreensão sobre as concepções de deficiência embutidas nas políticas educacionais e destaca a importância de abordagens sociais que promovam a participação plena dos estudantes com deficiência no sistema educacional regular, enfatizando a aprendizagem e o direito ao conhecimento como elementos nodais. Portanto, a História da Educação é uma ferramenta crucial para fundamentar processos educativos que superem o modelo segregador e estimulem a inclusão, dignidade e autonomia das pessoas com deficiência.

UMA FORMAÇÃO COM VISTA A EDUCAÇÃO ESPECIAL

Como mecanismo metodológico o uso do formulário via Google Forms revelou-se fundamental para a investigação da percepção dos estudantes sobre o componente curricular “*Fundamentos e Políticas da Educação Especial e Inclusiva*”. A aplicação desse instrumento possibilitou a coleta sistemática e ampla de dados qualitativos e quantitativos, refletindo diretamente a experiência dos discentes com o componente curricular, a acessibilidade do Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA), a metodologia adotada e os desafios enfrentados. Essa abordagem garantiu uma visão detalhada e representativa do impacto do curso na formação docente voltada à Educação Especial e Inclusiva.

Além disso, o formulário favoreceu a participação ativa dos estudantes, permitindo que expressassem livremente suas opiniões, dificuldades e sugestões, o que enriqueceu a análise e contribuiu para a identificação de aspectos que demandam ajustes, como prazos de atividades, necessidade de mais momentos síncronos e melhora na interface da plataforma. A combinação de perguntas fechadas e abertas assegurou o equilíbrio entre dados quantitativos para análise estatística e qualiquantitativa para uma compreensão mais profunda das vivências dos discentes.

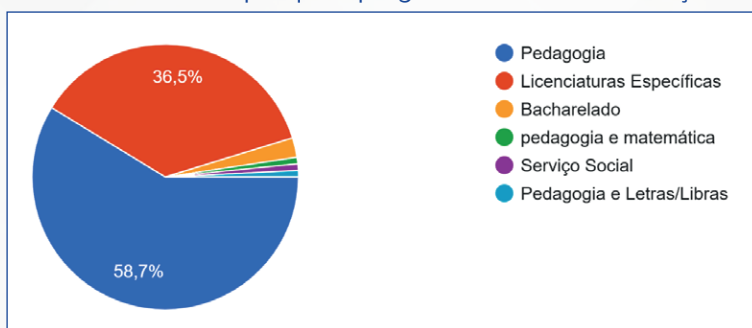
Os dados obtidos através do formulário também serviram para validar a eficácia do componente curricular, evidenciando que a grande maioria dos estudantes compreendeu as necessidades da Educação Especial e Inclusiva, apesar de algumas dificuldades com o uso das ferramentas. Esse feedback é essencial para o aprimoramento da disciplina, oferecendo subsídios para o desenvolvimento de estratégias pedagógicas mais inclusivas, acessíveis e alinhadas às demandas reais dos estudantes.

Portanto, o formulário não só funcionou como instrumento de diagnóstico e avaliação, mas também se constituiu em um recurso metodológico que aproximou os pesquisadores do contexto educacional vivido pelos estudantes, incentivando a melhoria contínua da formação e promovendo uma educação mais inclusiva e efetiva. Essa prática reforça a importância da escuta ativa e da adaptação constante das proposições formativas às necessidades do público-alvo.

Ao analisarmos a questão 4, que investiga a formação inicial dos respondentes, revela um perfil majoritariamente composto por licenciados, com 58,7% provenientes de licenciaturas específicas e 36,5% de pedagogia. Essa predominância indica que a maioria dos participantes já possui uma base sólida e direcionada para a docência, o que sugere maior familiaridade e interesse pelas temáticas abordadas no componente curricular. Essa característica impacta diretamente na apropriação dos conteúdos, pois docentes com formação inicial em áreas pedagógicas tendem a relacionar mais facilmente os conhecimentos adquiridos no curso com suas práticas profissionais. Além disso, a diversidade dentro

do grupo, ainda que relativa, pode proporcionar diferentes perspectivas e enriquecer as discussões, favorecendo um ambiente de aprendizagem colaborativa mais plural. Esse panorama reforça a relevância do curso para profissionais que buscam aprimorar suas competências no campo da Educação Especial, consolidando e ampliando suas capacidades para atuar de maneira inclusiva mesmo diante da diversidade de origem formativa dos participantes conforme nos mostra o gráfico a seguir:

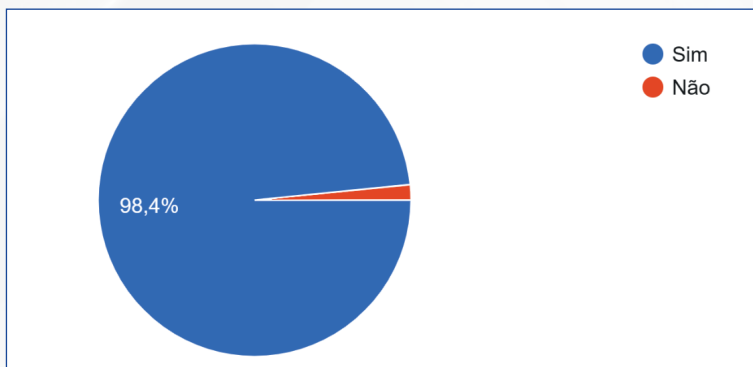
Gráfico 1 - Questão 4 da pesquisa pergunta: “Qual sua formação inicial?”.



Fonte: Elaborado pelos autores via Google Forms (2025).

Na questão 15, que avalia se o componente curricular ajudou os participantes a compreender as necessidades da Educação Especial e Inclusiva, se obteve uma aprovação expressiva de 98,4%, indicando que quase todos os respondentes reconheceram a efetividade do curso em ampliar seu entendimento sobre o tema. Esse resultado evidencia o sucesso didático e conceitual da proposta didática, em proporcionar uma visão aprofundada e atualizada sobre as demandas específicas da Educação Inclusiva, fortalecendo o preparo profissional dos estudantes para atuarem de forma mais consciente e comprometida com as diversidades. Conforme nos mostra o gráfico a seguir:

Gráfico 2 - Questão 15 pergunta: “O componente curricular lhe ajudou a compreender as necessidades da Educação Especial e Inclusiva?”.

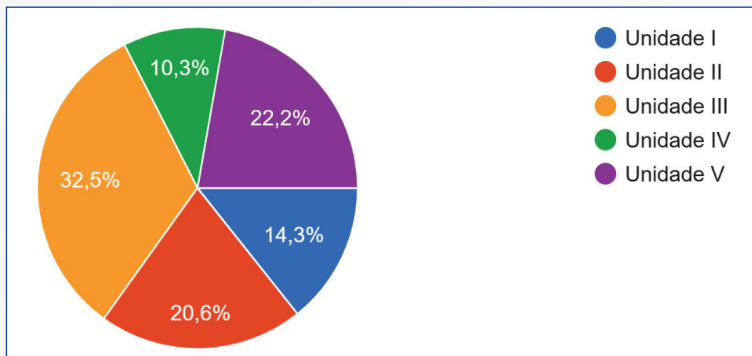


Fonte: Elaborado pelos autores via Google Forms (2025).

A elevada aceitação sugere que os conteúdos e metodologias aplicados foram adequados para atender às expectativas e necessidades formativas dos discentes, contribuindo significativamente para a capacitação de docentes e outros profissionais da área. Esses dados reforçam a importância de investir em formações especializadas que promovam a inclusão educacional, preparando agentes capazes de enfrentar desafios e implementar práticas pedagógicas que respeitem e valorizem as diferenças.

Ao analisar a questão 16 que revela uma distribuição diferenciada das unidades estudadas que os discentes consideram mais relevantes para sua formação, destacando-se a Unidade IV, com 32,5% das respostas, seguida pela Unidade II (22,2%) e Unidade V (20,6%). Essa predominância da Unidade IV pode sugerir que os conteúdos abordados nela são considerados mais aplicáveis ou fundamentais para a prática profissional dos estudantes no contexto da Educação Especial e Inclusiva. A valorização dessas unidades indica uma possível hierarquização do aprendizado, na qual certos temas ou abordagens se mostram mais alinhados com as demandas e expectativas dos participantes, refletindo suas experiências e desafios cotidianos no campo educativo. Conforme nos mostra o gráfico a seguir:

Gráfico 3: Questão 16 pergunta: “Qual unidade estudada em nosso componente curricular (disciplina) você considera mais relevante para sua formação até aqui?”.



Fonte: Elaborado pelos autores via Google Forms (2025).

Além disso, essa distribuição aponta para a importância de diversificar e equilibrar o planejamento curricular, garantindo que todas as unidades recebam a devida atenção e aprofundamento, para que o conjunto do componente curricular seja completamente assimilado. Considerando que as outras unidades receberam percentuais menores, pode ser necessário revisar estratégias pedagógicas e conteúdo para aumentar o engajamento e a percepção de relevância dessas partes do curso. Dessa forma, o feedback dos estudantes pode auxiliar na otimização do currículo, assegurando que a formação ofertada seja abrangente e efetivamente enriquecedora em todas as suas dimensões, potencializando a formação de profissionais mais preparados e críticos frente à Educação Inclusiva.

Vale ressaltar que o curso inicia com a Unidade I, que trata da construção do conceito de deficiência, explicando seus aspectos históricos e sociais, oferecendo uma base crítica para compreender como as deficiências vêm sendo percebidas ao longo do tempo. A Unidade II aprofunda a história da Educação Especial, convidando o cursista a explorar as narrativas e contextos históricos por meio da produção de uma linha do tempo, que ajuda a visualizar os processos e sujeitos envolvidos nesse campo. Na Unidade III, o foco é nos sujeitos e fundamentos da Educação Especial,

agregando conhecimentos sobre as pessoas que contribuíram para a área e os conceitos básicos que norteiam as práticas.

Na sequência, a Unidade IV aborda a Política Brasileira de Educação Especial na perspectiva inclusiva, proporcionando um estudo aprofundado das políticas públicas que sustentam a inclusão escolar, com atividades como a produção de um mapa conceitual para sintetizar a compreensão das políticas e sua aplicação. Por fim, a Unidade V trata da inclusão e exclusão, discutindo seus desdobramentos para as práticas pedagógicas, incentivando uma reflexão crítica sobre os desafios e possibilidades na efetivação da Educação Inclusiva, culminando com questionários avaliativos para fixação do conteúdo. O percurso formativo, orientado pelo professor Jammerson Silva, é estruturado para garantir a assimilação dos conteúdos visando uma atuação qualificada na área da Educação Especial e Inclusiva.

Na questão aberta de número 20, foi solicitado sugestões e observações dos participantes, onde se revela importantes feedbacks que destacam tanto aspectos positivos quanto desafios enfrentados no curso. Entre as contribuições, sobressaem pedidos por maior flexibilidade nos prazos das atividades e ampliação de encontros síncronos, indicando a necessidade de ajustar o ritmo e a metodologia para melhor atender às demandas dos estudantes, especialmente daqueles com agendas ocupadas e com dificuldades em ferramentas tecnológicas. Ademais, há elogios recorrentes à dedicação dos professores e tutores, ressaltando a importância do suporte humano no processo de aprendizagem e inclusão. Essas reflexões apontam para uma busca contínua de melhoria na organização e na interação pedagógica, reafirmando a relevância de processos educativos acessíveis e adaptativos para uma formação mais eficaz em Educação Especial e Inclusiva, conforme evidenciado nos relatos expressos nas respostas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A formação de professores e a sua capacitação ao longo da vida são, sem dúvida, o eixo principal da construção de uma educação escolar que

atenda a todos os estudantes, levando em conta as suas características, interesses e necessidades. Não obstante, a análise da formação, da prática pedagógica, da organização da escola e da sua gestão, da construção de ambientes físicos e virtuais de aprendizagem inclusivos, da acessibilidade, da participação da comunidade escolar, da equidade da educação, da justiça social e de outros elementos da inclusão deve estar presente em qualquer pesquisa na linha da educação para a inclusão.

A formação em Fundamentos e Políticas da Educação Especial e Inclusiva proporciona uma compreensão aprofundada dos aspectos históricos, sociais e políticos que envolvem a educação de pessoas com deficiências, promovendo uma visão crítica e reflexiva sobre a inclusão e exclusão no ambiente escolar. Ao longo das unidades, o curso capacita os cursistas a reconhecerem a importância das políticas públicas e das práticas pedagógicas inclusivas, fortalecendo o compromisso com a garantia dos direitos e a efetivação da Educação Inclusiva. Dessa forma, a formação contribui para a construção de uma atuação profissional ética, consciente e transformadora, essencial para a promoção de escolas mais justas e acessíveis para todos os sujeitos.

Ao analisar as respostas da pesquisa revela satisfação dos estudantes com o componente curricular “*Fundamentos e Políticas da Educação Especial e Inclusiva*”, destacando a qualidade do corpo docente, a organização do curso e a relevância do conteúdo para a formação docente. Contudo, evidencia-se também a necessidade de aprimoramentos, como a flexibilização dos prazos, a inclusão de mais recursos multimídia, encontros síncronos para melhor interação e acompanhamento mais próximo dos formandos com necessidades educacionais específicas. Essas considerações apontam para a importância de se manter um equilíbrio entre a excelência acadêmica e a adaptabilidade pedagógica, garantindo um ambiente de aprendizagem inclusivo e acessível que propicie o engajamento e o desenvolvimento integral de todos os participantes.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988.** *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, 5 out. 1988.

BRASIL. Ministério da Educação. **Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva.** Brasília, DF: MEC, 2008.

BRASIL. **Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015. Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência).** *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, 7 jul. 2015.

BRASIL. Ministério da Educação. Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior. **Plano Nacional de Formação de Professores da Educação Básica (PARFOR).** Brasília, DF: MEC/CAPES, 2009. Disponível em: <https://www.gov.br/capes/pt-br/aceso-a-informacao/acoes-e-programas/educacao-basica/parfor>. Acesso em: 30 out. 2025.

BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular: Educação Infantil e Ensino Fundamental.** Brasília, DF: MEC, 2017. Disponível em: <https://basenacionalcomum.mec.gov.br>. Acesso em: 10 out. 2025.

BURKE, Peter. **O que é história cultural?** 2. ed. Tradução de Sérgio Goes de Paula. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2008.

MAGALHÃES, Justino. **Tecendo nexos: história das instituições educativas.** São Paulo: EDUSF, 2004.

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO RIO GRANDE DO NORTE (IFRN). Campus Avançado Natal – Zona Leste. **Plano de ensino do componente curricular Fundamentos e Políticas da Educação Especial e Inclusiva.** Natal, RN, 2023.

SILVA, J. Y. da; VIEIRA, A. C. de O.; MEDEIROS NETA, O. M. de. **José Álvares de Azevedo e a circulação de ideias sobre a educação de cegos no Brasil no século XIX.** *History of Education in Latin America – HistELA*, [S. l.], v. 7, n. 1, p. e38788, 2024.

SIRINELLI, Jean-François. **Os intelectuais.** In: RÉMOND, René. **Por uma história política.** Rio de Janeiro: Ed. UFRJ/Ed. FGV, 2003.